

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

HISTÓRIA DO SUBÚRBIO VILA PIRAJUSSARA: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO.

Fernanda Accioly Moreira (FAUUSP)

História do subúrbio Vila Pirajussara

Produção e Reprodução do Espaço Urbano

Este trabalho apresenta uma história da construção do bairro Vila Pirajussara de São Paulo, popularmente conhecido como Morro do Querosene. Trata-se da história de um subúrbio que além de retratar as características naturais e históricas que revelam um processo de ocupação territorial singular, tenta resgatar a memória que fica à margem da história oficial. Revela-se o reconhecimento de um espaço residual dentro da estrutura urbana da metrópole paulistana que abriga práticas locais cotidianas de uso do espaço, uso do tempo, apropriações dos espaços públicos, relações de bairro, entre outras próprias do sentido original de cidade. Porém, este espaço que recebeu e recebe os benefícios da urbanização, agora vêm sendo ameaçado pelo processo de valorização fundiária que avança com os processos de reprodução do espaço urbano e seus discursos de inevitabilidade e “modernidade”.

Introdução

Este trabalho pretende contar uma história do bairro Vila Pirajussara e sua produção. Território popularmente conhecido como Morro do Querosene¹ está localizado na subprefeitura e no distrito do Butantã, zona oeste do Município de São Paulo. Para seu desenvolvimento consideramos algumas características territoriais, como: a formação natural e a construção do território, as formas de ocupação deste, sua inserção dentro da estrutura urbana e as características das práticas espaciais locais, como: uso do espaço, uso do tempo, apropriações, relações de bairro, entre outras.

Buscou-se, apesar das dificuldades, consolidar as referências históricas materiais suficientes para justificar, ou não, hipóteses sobre a produção e ocupação deste território e sua história e fundamentar a partir de dados históricos, cartográficos, geográficos e dados que não pertencem à história oficial, mas que seguem guardados na memória dos homens, trazidos a partir do trabalho etnográfico.

Percebemos que estávamos tratando de uma história de subúrbio, que nos termos de José de Souza Martins (2001), “... é a história dos que ficaram à margem da História. (...) é a explosão ocasional no cenário suburbano de episódios da grande história”. E que estávamos tratando de um espaço residual na urbanização da cidade de São Paulo, um bairro além-rio que configurou-se e urbanizou-se a partir de características singulares, e pela pressão imobiliária crescente e a chegada do metrô, este espaço estaria sendo ameaçado.

História do subúrbio Vila Pirajussara

“O subúrbio é coadjuvante, circunstante e ocasional. A grande história aparece residualmente no subúrbio e nem por isso é menos verdadeira. O lugar da história reconhecível é a cidade e nela o centro. Além do mais, no subúrbio a história não ganha visibilidade como história e sim como crônica, como sucessão de episódios desconectados, como circunstância da História. A cidade privou os suburbanos do direito e da possibilidade de se reconhecerem como agentes ativos do processo histórico. Essa privação é parte da História e como tal deve ser compreendida” (MARTINS, 2001:81)

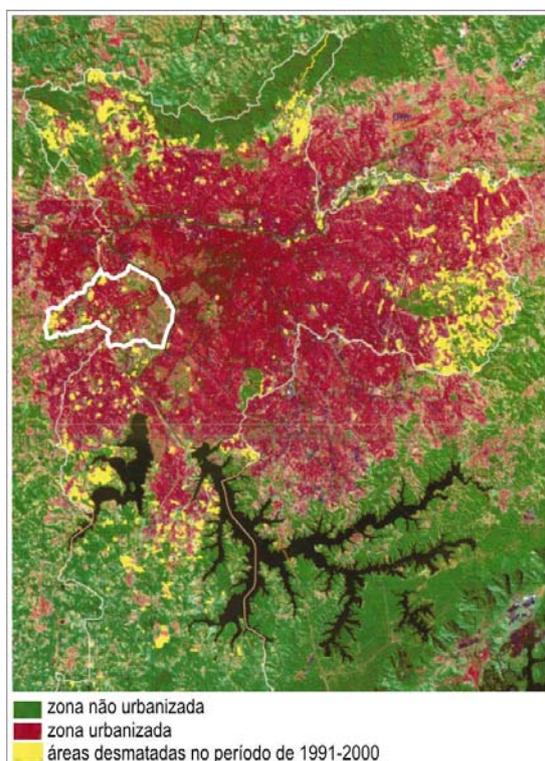
O Sítio Urbano

Ao compartilharmos a afirmação de Ab’Saber (1957), de que os elementos naturais do território apresentam aspectos que conferem a cada lugar uma singularidade e que esta funciona como peso determinante no processo de urbanização, nos é posto como primeira necessidade conhecer o sítio urbano.

Conduzindo o olhar para a região do Butantã, mais precisamente do Morro do Querosene, devemos partir da grande várzea do rio Pinheiros para buscarmos compreender as peculiaridades geomorfológicas da região.

Da margem direita do Rio, logo após a várzea como se subíssemos a Avenida Rebouças, alcançaríamos os terraços fluviais, seguindo pelas baixas colinas terraceadas, e por fim chegando nas colinas tabulares onde estaríamos ao final da Avenida Paulista. A diferença entre o perfil topográfico dos dois lados do rio e a existência das altas colinas na região a oeste, pode ser explicada pelo fato do rio Pinheiros ter escavado mais sua margem esquerda. Neste lado, a relevo é formado por vales entalhados entre colinas areno-argilosas que corresponde a áreas de maior fragilidade e mais sujeitas a processos erosivos.

O território do Morro do Querosene trata-se de uma alta colina localizada entre os vales do rio Pirajussara e Pirajussara Mirim, e aos pés da grande planície pluvial do rio Pinheiros. Dada a variação de cotas entre a mínima de 725m a cota máxima de 767m, é a primeira região à margem esquerda rio Pinheiros, de cotas mais elevadas, de solo mais resistente em relação as várzeas alagáveis. Vale destacar que uma das interpretações sobre a origem tupi do nome Butantã significaria “chão duríssimo”, justamente em função das características geológicas. Além disto, dentro de seu território, em função da presença de lençóis freáticos superficiais e a topografia marcada por concavidades existe a ocorrência de diversos olhos d’água.



Mapa Região Metropolitana de São Paulo e Subprefeitura do Butantã, à margem esquerda o rio Pinheiros.

Fonte: Atlas Ambiental, PMSP, 2004. Elaboração Própria.

A dificuldade para cruzar e ocupar as largas, alagadiças e insalubres várzeas dos rios Pinheiros e Tietê foram fatores de contenção do crescimento da malha urbana da cidade de São Paulo. No entanto, cruzar as várzeas para adentrar no interior do território era uma prática recorrente ainda nos primeiros séculos da colonização.

O Percurso Histórico das Tropas

Assentada sobre o Planalto Atlântico a Vila de São Paulo de Piratininga, fundada em 1554, apesar de ser um território de pouca importância econômica para a Coroa Portuguesa, exercia papel estratégico em função de sua localização: por um lado, encontrava-se a saída para o Caminho do Mar, por onde se alcançava o litoral de São Vicente, e por outro, a boca do Sertão.

Apontando as colocações de Taunay², BRUNO (1954) afirma que, já em torno de 1580, eram cinco os caminhos de maior importância que irradiavam da Vila de São Paulo: ao norte o Caminho de Guaré (Tietê), o Caminho de Tabatinguera para leste, o Caminho do Mar que seguia em direção ao Ipiranga para depois alcançar a Serra do Mar, o Caminho do Ibirapuera em direção a Santo Amaro, e por fim, a oeste o Caminho dos Pinheiros, sendo os três últimos os mais utilizados.

A Vila sempre apresentou dificuldades em relação à fixação da população: os esvaziamentos eram freqüentes em função das entradas ao sertão para escravização de índios, e a partir de 1600, para busca de ouro e prata. Muitos moradores iam se estabelecer nas vilas vizinhas: “... não é de se estranhar, por isso que Itu, Parnaíba e mesmo Sorocaba disputassem com São Paulo a primazia do prestígio econômico e social no ‘país dos paulistas’”.(BRUNO, 1954:81).

São Paulo, justamente por se apresentar como ponto de irradiação, se configurou no primeiro século e meio, como um centro de preparação para as bandeiras. E apesar do sentido de desenraizamento estar presente entre a população, havia espalhados pelos arredores da vila núcleos de povoação de pequena importância, como “Hipirangua”, “Birapuiera”, Santo Amaro e Pinheiros; ou mesmo chácaras, sítios e fazendas que se estabeleciam ainda mais a diante, em função da diminuição da ameaça de ataques indígenas.

Sobre o território do Butantã, temos as referências mais remotas extraídas de documentos do Arquivo Histórico Municipal da biblioteca do DPH. A primeira delas trata-se de um documento datado de 1592 que fez uso da grafia: Ubutãã.³ Outro registro importante sobre a região diz respeito a Afonso Sardinha. Em 1607, ele teria recebido a sesmaria nas terras de Ybitantã, compreendida no perímetro entre o rio Tietê e a região de Carapicuíba. Em terras à margem esquerda do rio Pinheiros, ele teria construído o primeiro trapiche de açúcar

da Vila de São Paulo de Piratininga. Sem herdeiros legítimos, Afonso Sardinha e sua esposa Maria Gonçalves, doariam em 1615 suas terras aos Jesuítas da Igreja do Pátio do Colégio, conforme trecho extraído de determinada escritura: “*algvas terras mais pertencem a esta doação como he hua cismaria de terras em Ybitatá athe o Embuapava como consta dos títulos dela porem são de nenhum rendimento*”⁴.

A partir de meados do século XVII, os caminhos que saíam da Vila de Piratininga, e que até então eram comumente realizados a pé, passaram a ser percorridos mais intensamente por tropas de muares. Estas, porém tinham os rios como barreiras a serem vencidas, pois as pontes encontravam-se constantemente “desmanchadas”, como apresentado em diversas atas da câmara da Vila de São Paulo de Piratininga.

Em 1633, tais atas referenciam a “Ponte do Botatan”, provavelmente a ponte que atravessava o rio Pinheiros na altura do núcleo povoado de Pinheiros e também por onde seguia a continuação do Caminho dos Pinheiros: a estrada para as vilas vizinhas de Itu, Parnaíba, Cotia e Sorocaba: o “*Ouvidor ordena aos moradores de Parnaíba que ‘fasão e ajudem a ponte do Botatan’ com a pena de pagar multa aqueles que não acudir com sua gente*”⁵. Em 1635, o pedido se repete, assim como em 1638 quando o procurador requeria que: “*...‘mandassem fazer os caminhos e serventias e pontes desta vila pera as fazendas, em espesial a ponte do Botatan, por estar desmanchada’ (...) o que naturalmente traria grandes danos aos moradores daquella cercanias e, principalmente, aos que vinha do sertão, por aquella velha e histórica entrada da cidade*”⁶.

Em 1711, a Vila de São Paulo de Piratininga é elevada à categoria de cidade, em função da descoberta do ouro na região de Cuiabá. A partir de meados do século XVIII, aliado a queda dos tropéis bandeiristas, se difundiriam em São Paulo as atividades agrícolas e comércio como suporte ao ciclo do ouro das regiões das Gerais e centro-oeste do país. Neste período, além do fluxo das tropas de mulas, a presença de cavalos torna-se mais significativa do que nos séculos anteriores.

Com raras exceções, as pontes localizadas fora da área da cidade eram feitas de madeira roliça, “*e nem bem eram construídas, às vezes desapareciam: durante a noite a madeira era roubada por sujeitos que faziam lenha. Ainda deste tipo deve ter sido a ponte do rio Pinheiros, construída no ano de 1730...*” (BRUNO, 1954:242). Em 1735, porém, parece que se edificaria uma ponte, embora de madeira, mais sólida do que as anteriores: “*Ela devia ter quatro palmos de largura – segundo o projeto – e colocação sobre terreno em aterro para não ser atingida pelos crescimentos do rio*”⁷.

Sobre a propriedade das terras, temos que em 1750 as terras da sesmaria doadas por Afonso Sardinha aos Jesuítas teriam sido divididas em 19 sítios. Estas propriedades, no entanto, em 1759 durante o período Pombalino, após a expulsão dos Jesuítas da colônia foram confiscadas pelo Estado e posteriormente vendidas em ata pública.

Mais precisamente sobre região do Morro do Querosene, vale salientar que foram encontradas referências a ele nos recenseamentos sob a denominação de Vila Pirajussara. Segundo os documentos do Arquivo Histórico Municipal, “*A Vila Pirajussara também foi pouso de bandeirantes em tempos remotos, pois no recenseamento de 1765 já era citada como bairro*”.⁸ Encontramos ainda em BRUNO (1954), datado de 1822, momento da independência do país, registros de recenseamento nos quais mostravam “... *para além da ponte do Lorena, desdobrava-se os bairros do Piques, de Pinheiros, de Embuaçava e de Pirajuçara, com um total de 150 fogos e 763 moradores...*” (BRUNO, 1954: 201).

Partindo das referências históricas acima apresentadas, se saíssemos, ainda da Vila de Piratininga, na direção oeste, tomássemos o Caminho dos Pinheiros, passássemos pelo seu núcleo de povoação e atravessássemos o rio Pinheiros, pela citada “Ponte do Botatan”, e seguíssemos adiante; estaríamos percorrendo a estrada para Itu, e alcançaríamos a região do “Pirajuçara” logo vencêssemos a longa e alagadiça várzea.

Este território, considerando os dados geomorfológicos, trata-se da primeira região depois da planície aluvial do rio Pinheiros onde a topografia se apresenta de forma diferenciada, mais elevada, e onde solo torna-se mais “duro”. A estrada tangenciaria os pés do morro, e lá encontraríamos água potável que aflora dos olhos d’água.

Seguindo mais adiante, ainda neste território, e a partir de dados cartográficos, supõe-se que encontraríamos uma bifurcação: à direita continuaríamos pela estrada para Itu, passando primeiramente por Parnaíba e à esquerda tomaríamos a Estrada para Sorocaba, passando antes por Cotia.

Ao nos apoiarmos na afirmação de que “*A Vila Pirajussara também foi pouso de bandeirantes em tempos remotos*”⁹, e sobre os demais indícios apresentados logo acima, não há como deixar de acreditar na relevância histórica da região. Principalmente se considerarmos a existência de um importante dado material: a permanência de uma fonte de pedra, ao final da atual rua da Fonte, dentro do terreno de quatro hectares não ocupado.

Supomos que a fonte de pedra provavelmente foi construída, para responder às necessidades dos tropeiros: tratando-se de um pouso para descanso, da fonte tomavam água, se refrescavam e se recompunham para seguir viagem pelas estradas que levavam às vilas vizinhas de Itu e Sorocaba, ou para adentrar em Piratininga. Seria um espaço onde o sentido

de pertencimento era de todos que faziam uso do pouso e da fonte, ainda que a propriedade não fosse de ninguém.

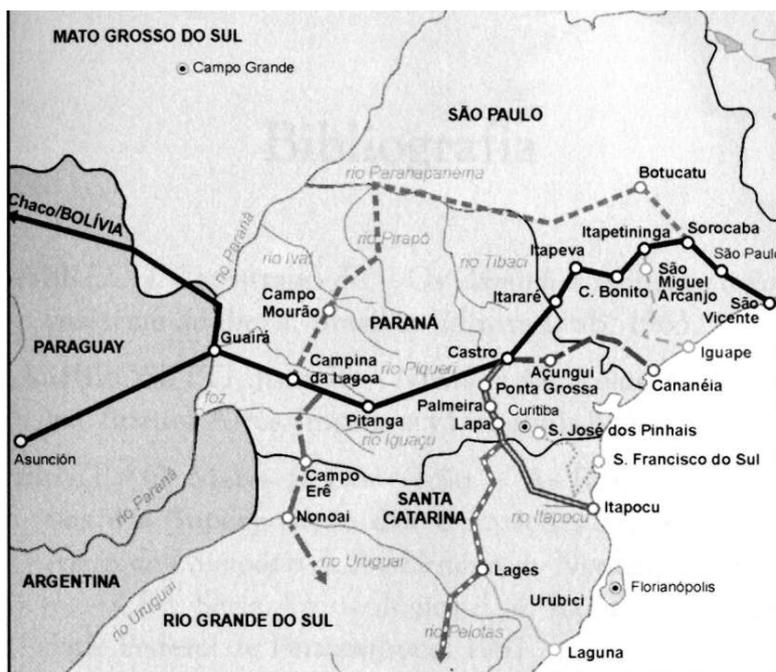
A fonte é o elemento que dá materialidade à pertinência histórica da região, o dado concreto que persistiu às inúmeras sobreposições de estruturas da cidade sobre as quais trataremos mais adiante.

Para além das Tropas: O Peabiru

“...sem falar nas trilhas de índios que comunicavam o planalto de Piratininga já nessa época com regiões distantes, e por onde vieram uns espanhóis que apareceram na vila em 1583 e foram presos.” (BRUNO, 1954:214).

As trilhas citadas por BRUNO (1954), dizem respeito ao Peabiru¹⁰, uma rede de caminhos que representaria as incursões do povo Inca ao território brasileiro, com intuito de estender os seus domínios até as margens do Atlântico, pois só assim o Império Inca seria o “reino dos quatro pontos”, maneira pela qual se denominavam.

Segundo Luiz Galdino em *Peabiru – os Incas no Brasil*(2002), com o objetivo frustrado, os incas teriam deixado nas regiões que correspondem ao Estado de São Paulo, do Paraná e ao território do Paraguai a possibilidade de comunicação concreta por caminhos que teriam sido, provavelmente, abertos pelos próprios construtores das estradas peruanas. O ramal principal ligava São Vicente, passando por Piratininga, seguindo por Guairá (atual Paraná), para alcançar Assunção no Paraguai, onde se ligava ao sofisticado sistema de estradas no território Inca.



Mapa que apresenta as redes do Peabiru, sendo o ramal principal que ligava São Vicente a Assunção, no Paraguai, em preto. (fonte: GALDINO, 2002).

O propósito de dominação não foi concretizado em função da intensa resistência, principalmente, dos Guaranis. Estes, apesar de não serem os responsáveis pela construção dos caminhos do Peabiru¹¹, faziam intenso uso deles, e por isso mesmo zelavam por sua preservação.

Galdino afirma que estes caminhos seriam séculos depois utilizados pelas bandeiras e pelos tropeiros. Aliado a isto, dentro da hipótese de Galdino, temos que “*O tronco, caminho principal (do Peabiru) identificava-se pela rota São Vicente, Piratininga, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva e Itararé*” (2002:45). E também a existência de um segundo braço que “... em vez de procurar Sorocaba e os campos do sul passava por **Itu** indo a Botucatu, de onde descia ao rio Paranapanema...” (2002:45).

Galdino sugere, por fim, uma possibilidade de percurso realizado dentro da Vila de Piratininga: “*Retomando a antiga trilha Tupiniquim... Daí, se ia ter à Consolação, conhecida por Caminho dos Pinheiros ou Caminhos de Aniceto. No seu alto, identificado com o Araçá, abria-se a picada do Caaguaçu, que desembocava no Jurubatuba, atual Pinheiros. No âmbito do que é hoje a cidade de São Paulo, refere Teodoro Sampaio que da pequena vila, partiam diversos caminhos e estradas em direção às aldeias dos índios amigos e das fazendas.*”(2002:63).

Nos parece existir uma possibilidade, não tão remota, de relacionarmos os percursos das tropas coloniais com as sugestões de percurso apresentadas por Galdino. Assim, nos permitimos supor que o Caminho dos Pinheiros que se estendia depois do rio para as estradas que levavam a Itu e Sorocaba, nos tempos coloniais, poderia corresponder ao percurso Inca ou Tupi do Peabiru. Da mesma maneira que supomos que este caminho pudesse passar, quem sabe, assim como as estradas coloniais, aos pés do morro onde viria a se assentar, séculos depois, o bairro Vila Pirajussara, mais popularmente conhecido como Morro do Querosene.

O Peabiru se apresenta, assim, como mais uma cena de nossa *história de subúrbio*.

Urbanização da região além-rio Pinheiros

A partir de último quartel do século XIX, contingentes de imigrantes chegavam a São Paulo para serem distribuídos pelas fazendas produtoras de café do interior paulista. Muitos deles voltavam para a capital e outros nem chegavam a sair dela. Segundo SEABRA (1987:46), entre os anos de 1887 e 1914 a área arruada da cidade de São Paulo pouco cresceu, e em processo inverso a população deu saltos vertiginosos: somente entre os anos de 1886 e 1900 o crescimento populacional da cidade alcança 549%, passando neste intervalo de tempo, de 44.033 para 239.820 habitantes. Sem oferta suficiente a tamanha demanda por habitação, restavam à população de baixa renda os cortiços como alternativa para moradia.

Eram os interesses privados que condicionavam a transformação de áreas rurais em áreas urbanas, pois a abertura de loteamentos demandava a eles altos custos para execução de infra-estrutura urbana. Assim, os espaços urbanos produzidos tinham um destino certo: quem poderia pagar por isso, a classe dominante, que deixaria a região do atual centro histórico da cidade, caminhando para sudoeste, primeiramente para o bairro de Campos Elísios em 1872, seguido pelo bairro de Higienópolis em 1890. Este movimento foi resultados da prática do parcelamento das terras de antigas chácaras vendidas em lotes. Era dado início do processo de deslocamento da elite pelo “vetor sudoeste” descrito por Flávio Villaça (2001)¹².

Em 1912, a empresa loteadora City of San Paulo Improvements and Freehold Land and Co. Ltd., conhecida como Companhia City, compra 12 milhões de m² de terra ao longo das duas margens do rio Pinheiros, com objetivo de realizar empreendimentos imobiliários a partir de loteamentos no estilo dos bairros-jardins¹³ de Bouvard, destinados a uma faixa específica e restrita da população paulistana.



Várzea do Pinheiros alagada. Anos 10. (fonte acervo do Instituto Butantan.) **Início do Processo de retificação do rio Pinheiros. Anos 20/30.** (fonte: Publicação rios urbanos FAUUSP, 2004)



Abertura do Loteamento City Butantã, anos 30. (fonte: Folheto companhia City, s/d). **Construção da Marginal Pinheiros nas mediações do Jockey Club, anos 60.** (fonte: QUERIDO, 1999).

Parte das terras adquiridas pela Companhia City, localizadas à margem esquerda do rio Pinheiros, eram propriedades rurais. Segundo SEABRA (1987), estes empreendimentos por anos não passariam de simples retenção de terras como processo de especulação em função da espera das obras de drenagem e saneamento das várzeas, e retificação do rio Pinheiros realizadas a partir dos anos 30 pela Light & Power Co. Ltd, e que viriam a ser concluídas somente nos anos 60¹⁴.

A Companhia City em 1937 entra com processo junto à prefeitura, para a abertura do loteamento City Butantã, cujo desenho era resultado de normatização própria: baixa densidade construtiva, uso estritamente residencial, densamente arborizada e arruamento orgânico acompanhando os desníveis topográficos. Loteamento que viria ser futuramente vizinho à Vila Pirajussara.

Ainda, com base na tese de Seabra (1987), em 1941, o Jockey Club antes localizado na Móoca, seria transferido para região do Butantã, mais precisamente em terras da Companhia Cidade Jardim, outra empresa loteadora, que realizaria uma doação ao poder público municipal, com a condição de uso-fruto vitalício ao Jockey Club, fato que daria maior peso ao processo de valorização fundiária que ocorria na região.

As terras alagadiças e insalubres das várzeas do rio Pinheiros, que até então recebiam as costas da cidade, deixariam de ser consideradas como as “piores áreas” e, portanto, menos valorizadas, para tornarem-se o filão do mercado imobiliário através do processo de produção do espaço urbano sob a lógica especulativa.

A região do Butantã, por sua vez, somente na década de 80, seria organicamente incorporada à estrutura urbana que se estendia pelo “vetor sudoeste”, grosso modo, para depois do rio Pinheiros.

Na cartografia oficial do município de São Paulo, por sua vez, a inserção da região além-rio Pinheiros ocorreu décadas antes, mesmo tratada como zona rural, com a criação formal do Instiuto Butantan, em 1901, sob a direção do Doutor Vital Brazil.

Instalado nas terras da Fazenda Butantan; “... *propriedade agrícola a cerca de 9 km do centro urbano da capital paulista, à qual ligava por péssima estrada, já era conhecida na época, pela excelência de seus produtos laticínios, vendidos por um depósito na Rua Direita junto à antiga Igreja de Santo Antônio.*” (BRAZIL, 1941), vendidas em 1899 ao Estado, para a criação, ainda de forma precária, do Laboratório Serumtherápico em função do surto de peste bubônica que vinha ocorrendo em Santos.

Segundo depoimento do Sr. Luis Carlos, filho do Sr. Chafic Moubarec presidente e sócio da Companhia de Construção e Melhoramentos Pirajussara, tal companhia foi fundada em 1948 para execução do loteamento Vila Pirajussara segundo normatizações da época (lei nº 2.611 de 1923¹⁶) e comercialização dos lotes.

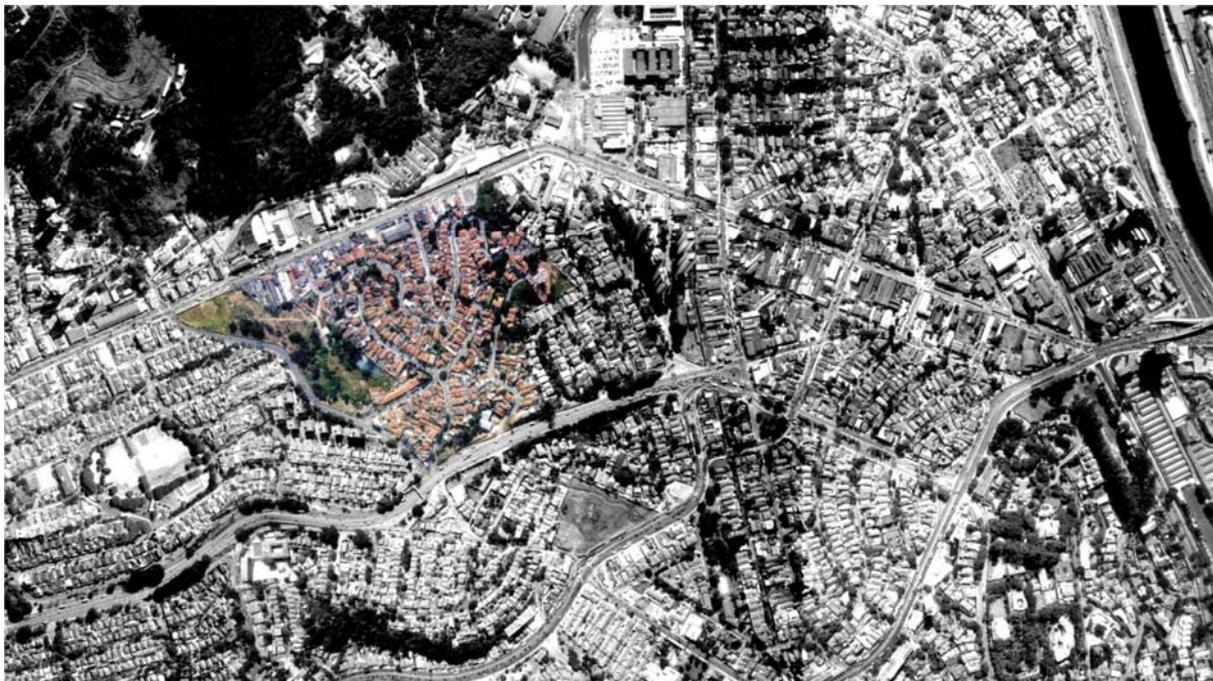


Foto aérea – apresentação da área Morro do Querosene (colorido) e entorno: rio Pinheiros e Jockey Club no canto direito da imagem e Instituto Butantan no canto superior esquerdo.

Fonte: CESAD (2000) elaboração própria.

Ao buscarmos informações sobre o processo de aprovação deste loteamento no Departamento da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, nos foi informado que não houve ao longo dos anos qualquer pedido de aprovação para abertura do loteamento na gleba onde atualmente existe o bairro Vila Pirajussara. Trata-se de um loteamento clandestino, e irregular por ter sido implantado sem respeitar a lei vigente que determinava que em zona suburbana 7% do total da área do loteamento deveria destinar-se às áreas livres.

Recém aberto o loteamento, ainda em 1948, os primeiros moradores, em geral uma população mais humilde de origem migrante e imigrante, fizeram aquisição do lote localizado em zona suburbana da cidade, onde a terra era barata. Para muitos significava a troca do aluguel do cômodo no cortiço insalubre pela casa própria paga em prestações, mesmo que distante da cidade e sem infra-estrutura: “... e falei para ele, ‘Oh, José eu tenho um dinheirinho que recebi e você também recebeu, amanhã você sai e vai procurar um terreno para comprar nem que seja no meio do mato. Pode ser em Cotia, não tem importância... olha que aqui era só mato mesmo.’” (Dona Maria e Seu José, 2005)¹⁷

Ou ainda, simplesmente pela possibilidade de morarem próximos de seus locais de trabalho, como Jockey Club, Instituto Butantan e algumas fábricas que se distribuíam ao longo da atual Avenida Corifeu de Azevedo Marques: *“Quando nós viemos morar no Morro, em baixo da nossa casa moravam seis famílias. Tudo era cavalarista do Jockey e funcionários do Butantan ... e tinha pessoas que trabalhavam na (fábrica) Plástico Metalma. Tinha uma fábrica de chupetas e as pessoas mais humildes que moravam aqui no Morro iam buscar chupeta para montar. Além de trabalhar fora, montava chupeta. Eles vinham com o saco de chupeta na cabeça...”* (Seu Getúlio e Dona Vera, 2005).

Até os idos da década de 60 não havia no bairro infra-estrutura instalada. As ruas eram de terra, os esgotos corriam em canaletas abertas, a água era puxada do poço ou retirada das fontes espalhadas pela região e a iluminação era feita pelos lampiões a querosene: *“E antigamente quando morava pouca gente aqui no Morro, a gente via uma luzinha, outra luzinha, era lamparina.”* (Seu Getúlio e Dona Vera, 2005).

“ Não subia carro de jeito nenhum. Não tinha estrada era uma rua de terra, e uma subidona. O meu marido vinha todo o dia com a caminhonete cheia de pedra, cascalho... e ia pondo. Tinha o seu Manuel que era marido da Dona..., os dois já morreram. E tinha... olha todos os que moravam aqui... o Seu Lamouse que já morreu, a Dona Nair, morreu todo mundo que era nossos vizinhos. Ele trazia as pedras e de tarde todo mundo se juntava para fazer uma trilha, pois não subia carro quando chovia. Mas lugar nenhum não tinha, era tudo terra. Ai foi indo, foi indo. O cascalho foi chegando até nas casas, depois ficou. Não tinha nada, corria água, corria esgoto, tudo ficava ali. E toda as casas varriam, limpavam, a gente usava muita creolina naquela época por causa das crianças. (...) dos nossos amigos que ajudou espalhar pedrinha não tem mais ninguém.” (Dona Carmem, 2005).

Neste tempo era muito penoso chegar e sair do bairro, fosse pela precariedade das estradas e vias de acesso, como também pela não disponibilidade de meios de transporte. Havia pouquíssimas linhas de ônibus e nos primeiros anos os moradores tinham que caminhar, até o bairro do Butantã ou até a Paineira¹⁸ para tomar o ônibus em direção ao bairro de Pinheiros e ao centro da cidade.

Muitas residências unifamiliares se aproximavam da configuração de casas de sítio, com grandes quintais, poço, horta, viveiro, forno de barro para cozer pães, entre outras características que guardam ao Morro do Querosene, até os dias de hoje, os resquícios, nos termos de MARTINS (2001), da vida de subúrbio¹⁹.

Naquela época, além das características físicas, era possível constatar a persistência de relações de um modo de vida tradicional, humanizado e comunitário. No bairro e nos arredores existia a produção de meios de subsistência, a produção de valores de uso: pequena agricultura, criação de animais: porcos, galinhas, vacas, ou mesmo a produção de utensílios

artesanais e extração de materiais como madeira, pedra, argila e areia, como descrito anteriormente: *“Tinha horta de fundo de quintal, cada um tinha suas coisas plantadas... tinha couve, legumes, todo mundo fazia sua plantação na própria casa. Tinha uma senhora, uma japonesa que chamava Dona Maria, que ia lá em Pinheiros e comprava as coisas e vendia para a gente numa carrocinha. Ela puxava a pé (...) Papai vendia os bichos vivos, a criação... ou então matava e limpava e entregava tudo bonitinho. Papai foi o primeiro vendedor da Avenida Brasil, e da... papai ia de carroça entregar (...) Antigamente tinha muita olaria, em frente à Casa Albano tinha um olaria, aqui mais para cima tinha outra olaria, fazia muito tijolo...”* (Seu Getúlio e Dona Vera, 2005).

“Essa casa aqui tinha até um menino que a gente brincava com ele, que era o Paulinho das vacas, porque o pai dele criava vaca ali”. (Silvinha, 2005).

“Aqui não tinha, às vezes a gente pegava pão ali na Paineira, antigamente, tinha uma padaria grande ali que fechou... mas depois o José fez um forno de lenha aqui pra mim, eu fazia uma fornada de pão, 12, 13 pão grandão assim... e vendia... a mulherada vinha: ‘Maria, corta pedaço’. ‘Maria, me vende só um pedaço...’ Porque não podia comprar inteiro...” (Dona Maria e Seu José, 2005).

Outras casas, no entanto, onde um cômodo era usado como moradia configuravam-se como cortiços: *“... os moradores que moravam nas espécies de cortiços eram imigrantes que tinham as casas maiores e alugavam os fundos. Tinha casas que tinha no fundo 15 casas. Era portinha, portinha, cortiço mesmo. E em geral os funcionários da fábrica e do Jockey eram migrantes de Minas, Nordeste. Agora, os imigrantes eram donos das casas, eram portugueses, espanhóis. Tem muita gente de idade que ainda mora lá, os que não estão é porque chegaram a falecer”.* (Silvinha, 2005).

Atualmente, alguns cortiços ainda existem no bairro: *“Essa nossa casa tem embaixo um inquieto, maravilhoso, tem só um bebezinho e uma moça que toma conta dele.*

Hoje?

É, hoje. Na casinha do meio, tem um tio e dois sobrinhos, e na casa da frente na parte de baixo, eu não sei se você chegou a ver, um cego... o casal é cego. Ele trabalha no fórum de Osasco e ela trabalha no Instituto Butantan, tem mais de 10 anos de casado.

A casa é toda de vocês?

É tudo nosso e a gente aluga, que precisa ter dinheiro, pra sacramentar...”(Dona Maria e Seu José, 2005).

Nos anos 50, paralelamente aos intensos processos de modernização que transformariam definitivamente a estrutura urbana de São Paulo na atual metrópole, havia nas áreas ainda distantes da malha urbana da cidade – como no Morro do Querosene, descrito acima – núcleos de populações que dispunham da particularidade de um tempo cotidiano. Os resquícios, segundo as colocações de Seabra (2004:293), de *“... um tempo elaborado e construído na espontaneidade do mundo, fruto e experimento de relações de criação”*, eram preservados nas relações mais internas ao bairro: brincadeiras de rua das crianças,

solidariedade entre moradores, festas que permaneciam vinculadas à igreja, e também em espaços de outras práticas lúdicas desvinculadas da religiosidade, como o futebol e os bailes.

“É que eu jogava bola aqui no (Instituto) Butantan. Tinha campo... eu joguei durante muito tempo num campo que era ali onde é o (colégio) Alberto Torres. Um pouquinho mais para frente tinha o campinho do Butantã... ali o Eufrásio, lugar de carro. Ali tinha mais dois campos de futebol. Divertimento aqui era isso... as festas que a gente ia eram as festas que tinham no Butantan, na igreja dentro do Butantan, atrás do grupo (Alberto Torres), onde tinha o campo é que tinham as quermesses, tinha festa, no campo do Butantan. A festa era patrocinada pelo Butantan. Faziam baile, faziam fogueira, soltava fogos... era o divertimento”. (Seu Getúlio e Dona Vera, 2005).

“Brincava na rua o dia inteiro, porque não tinha nada... naquela época não tinha clube não tinha nada era brincadeira de rua. Mãe da rua, cela, não tinha trânsito, e quando chegava nove horas da noite passava a cavalaria a gente morria de medo. Só subia cavalo porque não tinha asfalto. (...) quando eu tinha 14 anos mais ou menos, começou o asfalto, então a gente brincava com aqueles tubos de canalização, a gente brincava com os tratores que ficavam estacionados, aí logo asfaltaram...” (Silvinha, 2005).

“Eu fazia boneca de pano e não tinha cabelo... como tinha plantação de milho, pegava as espigas e fazia cabelo pra boneca”. (Dona Maria, 2005).

Mas, lentamente, esta população teria as estruturas e os tempos próprios da reprodução das relações capitalistas de produção; o tempo do trabalho, do não-trabalho e do deslocamento, incorporados à vida.

Ao final dos anos 70 e início de 80 novos moradores, envolvidas com o meio cultural; artistas plásticos, músicos, dançarinos, atores, ou simplesmente “promotores culturais”, escolheram o Morro do Querosene para morar em busca de um local mais tranquilo, diferente da dinâmica urbana acelerada de São Paulo. Nesta época, o bairro era considerado afastado do centro da cidade, e por isso suas terras ainda eram baratas, apesar da execução da infraestrutura básica.

“O Pedrão, Dinho Nascimento mudaram cedo para o Morro. Tião Carvalho e outros músicos que já estavam aqui, o próprio Raul Seixas; outros pensadores, produtores, atrizes, que queriam um refúgio mais tranquilo. Já tinha essa atmosfera cultural”. (Henrique Menezes, 2005)

Com o passar dos anos outras pessoas foram se agregando, e o próprio crescimento da Festa do Boi²⁰ funcionou como fator de atração de novos artistas, fato que persiste até os dias de hoje. *“... hoje em dia praticamente 60% dos moradores do Morro trabalham com arte. Ou direta ou indiretamente. E isso foi favorecendo mais essa aglutinação, essa povoação desse tipo de gente. Os maranhenses quando vem (para São Paulo), sempre buscam morar na região, é uma referência... O bairro é quase uma colônia maranhense, tem muito maranhense, mas tem gente de muito lugar, da*

Bahia, e muitos paulistanos. E acho que vira uma cara bem brasileira. Um povo alegre, um povo festeiro...” (Henrique Menezes, 2005).

A partir de meados dos anos 90, novas construções de casas com porte e estética distinta da morfologia urbana típica do bairro, uma arquitetura em geral fechada em si mesma ao apresentarem grandes muros e portões, passam a ser recorrentes no bairro.

Trata-se de novos moradores, supomos de renda mais elevada, que escolheram o Morro do Querosene pelo fato do bairro apresentar-se, ainda hoje, como um ambiente aprazível, tranquilo, e repleto de infra-estrutura urbana para além da água, luz, esgoto e asfalto. Hoje, no entorno do bairro existem grandes supermercados, shoppings, comércio e serviços em abundância.

Podemos supor que outros fatores podem ter incentivado a escolha do bairro por este novo perfil de moradores, como a contigüidade aos vizinhos bairros-jardins, como loteamento City Butantã. Ou ainda, a definição na atual resolução do Plano Diretor de São Paulo (aprovado em 2004) do zoneamento de parte do bairro Vila Pirajussara como ZER (Zona Estritamente Residencial), apesar de apresentar características morfológicas e urbanas distintas dos demais bairros-jardins, por sua topografia apresentar declividades mais altas e sua ocupação construtiva ser mais densa.

Aliado aos demais fatores acima apresentados, a chegada futura do metrô à margem esquerda do rio Pinheiros, principalmente pela proximidade da Estação Butantã da Linha Amarela (a cerca de 1,5 km de lá), significando melhora do atendimento pelo transporte coletivo, também sugere que o Morro do Querosene vive pleno processo de *valorização fundiária* e sofre, com a pressão especulativa do setor imobiliário, mudanças lentas na morfologia do seu espaço social e urbano – transformações das características construídas, e sobre o perfil dos moradores do bairro.

É importante considerar que a diversidade de espaços – sociais e construídos – ainda presente no Morro do Querosene, é parte da estrutura caótica da metrópole. Se existe riqueza nesta diversidade, como as múltiplas relações de sociabilidade, de usos do espaço e mesmo do perfil dos moradores que gera convívios, conflitos e proposições; existe também uma perversidade, própria da lógica capitalista, explicitada no momento em que as melhorias atribuídas ao espaço e a qualidade de vida chegam aos locais de moradia da população de renda mais baixa, esta é “expulsa” e perde a possibilidade de viver e usufruir destes benefícios.

Considerações Finais

Entendemos que a valorização fundiária se materializa no território por meio de interesses de diversos agentes atuantes dentro da e para a lógica de reprodução do espaço da cidade, por vezes explicitamente conduzidos e conscientes, outras nem tanto.

A retenção de terras como processo especulativo tem-se mostrado como uma prática contínua na história de produção de nossas cidades, reforçada pela tamanha heterogeneidade do território dos grandes centros urbanos brasileiros, e pela histórica atuação do Estado que direciona os investimentos públicos em benefício do setor privado, levando a movimentos cíclicos de expulsão da população de baixa renda para territórios a serem urbanizados cada vez mais distantes. Processos estes que vem se perpetuando como se fossem “naturais” e que fagocitam a morfologia urbana e práticas espaciais originais.

Guardadas as proporções, o Morro do Querosene agora enfrenta esta situação: seus terrenos vagos são disputados por projetos imobiliários que nada ou muito pouco dialogam com a sua realidade morfológica e social.

Apesar do processo acima descrito apresentar-se em franco andamento, o Morro do Querosene ainda é o lugar que tem preservado em sua estrutura de relações valores da vida humanizada e comunitária dos tempos de subúrbio, onde o emprego do tempo no espaço ainda se realizava no cotidiano, a partir das diversas formas de apropriação do espaço público reafirmado pela presença da arte (LEFEBVRE, 1969). Formas de apropriação pelas quais, poderia ser sugerido, quiçá reafirmado, o sentido original da cidade: a reunião de pessoas, o contato humano, a formação das crianças, enfim, a diversidades de relações de sociabilização.

Um resíduo da memória do que foi os subúrbios paulistanos ameaçado pela corrida da especulação. Será este o destino de todos os territórios da cidade que se reconstrói a cada duas ou três décadas? A quem cabe preservar e valorizar a memória social dos bairros e das pessoas que vivem e constroem nossas cidades?

Ao longo dos anos nossas cidades estão se reproduzindo cada vez mais rápido e com mais desprezo pelos seus processos históricos que na urbanização não se traduzem em valorização. Aonde chegaremos?

Bibliografia

- AB'SABER, Aziz N. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Tese de Doutorado – FFLCH-USP. São Paulo, 1957.
- BRAZIL, Vital. *Memória histórica do Instituto Butantan*. São Paulo: Pocaí, 1941.

- BRUNO, Ernani. *História e tradições da cidade de São Paulo*, v.1. São Paulo: Ed. Livraria José Olímpio, 1954.
- FOLIN, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. Mexico: Ediciones G.Gili, 1977.
- GALDINO, Luiz. *Peabiru: Os Incas no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Estrada Real, 2002.
- GRANO, Andre. *Cap. 2: O Reino da Mercadoria*, em *Capitalismo e Modo de Vida*. Porto: Ed. Afrontamentos, 1975.
- HOLSTON, James. *Espaços de cidadania insurgente*, em *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 24*, Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *Das contradições do Espaço ao Espaço diferencial*, em *A Produção do Espaço*. (1974). Tradução Jorge Hajime Oseki, em fotocópia, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *La Ciudad y lo Urbano*, em *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Direito à Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MAGNANI, José Guilherme C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais: vol 17, n° 49*. São Paulo: ANPOCS/ Edusp. jul/ 2002.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Depoimento* em *Revista Espaço e Debates n° 42*. São Paulo: NERU, 2001.
- MATOS, Olgária. *A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*, em *Revista Espaço e Debates, ano 2*. São Paulo: NERU, out/ 1982.
- QUERIDO, M^a José. *Butantã e suas veredas*. São Paulo: RQ Regina Querido, 1999.
- SANTOS, Carlos Nelson. *Como e Quando pode um arquiteto virar antropólogo?* Em Velho, G. (org.) *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- SEABRA, Odette. *Os Meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 1987.
- SEABRA, Odette. *São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia*, em CARLOS, Ana Fani, OLIVEIRA, Ariovaldo (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- SEABRA, Odette. *Territórios do Uso: Cotidiano e Modo de Vida*, em *Cidades: vol.1, n.2*. São Paulo, FFLCH-GEO – USP, 2004.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel /Fapesp/ Lincon Institute, 2001.

Arquivos Consultados

Acervo Histórico Municipal - DPH: pasta Butantã.

Acervo do Departamento Histórico Instituto Butantan.

Acervo iconográfico Municipal.

Acervo de Processos Municipais – CASE 5: SEHAB-PMSP.

Acervo Técnico da Subprefeitura do Butantã.

¹ Em entrevistas, foram relatadas algumas versões a respeito da origem do nome Morro do Querosene: ainda nos idos dos anos 50, 60 existia na região do Morro uma fábrica de querosene. Porém, o mais significativo: “*Quem pos este nome de Morro do Querosene foi (sic) os taxistas de Pinheiros. Quando eles diziam assim... às vezes a gente queria pegar um táxi lá no Largo de Pinheiros ‘ Não, ta chovendo pra burro, lá no Morro do Querosene eu não vou’. Aqui era tudo lamparina, lampião de gás, carbureto, aqui não tinha água, não tinha luz....*” (conversa com Dona Maria, 2005).

² Em *São Paulo nos primeiros anos*, de Afonso de Taunay.

³ O grafismo do nome passou por diversas formas no decorrer da história, desde Ybitata, Ybitantã, Ubutantan, Ubutãtã, Botatan a Butantan ou Butantã.

Vale ressaltar que as referências ao nome Instituto Butantan, é utilizada a grafia própria da denominação do Instituto, distinta da utilizada para denominação administrativa da região: Butantã.

⁴ Informações extraídas dos documentos da Pasta Butantã do arquivo histórico municipal da biblioteca do Departamento de Patrimônio Histórico.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Em BRUNO, 1954. Referências de Afonso de Freitas, *Prospecto do dicionário etimológico, histórico, topográfico, estatístico, biográfico bibliográfico e etnográfico, ilustrado de São Paulo*.

⁸ Informações extraídas dos documentos da Pasta Butantã do arquivo histórico municipal da biblioteca do Departamento de Patrimônio Histórico.

⁹ Idem.

¹⁰ Peabiru pode ser entendido como: “caminho antigo de ida e volta”, ou ainda como “caminho para o Biru”, ou ainda “Caminho para a Montanha Do Sol”. Além dessas possibilidades e talvez a mais coesa, é que “os Incas denominavam de Biru o seu território, a denominação a leste dos Andes poderia resultar do híbrido pe-biru...” (GALDINO, 2002: 42). Existe uma lenda Tupi que dizia que este caminho teria sido construído pelo herói e civilizador Sumé, uma figura importante que atravessava o território latino americano difundindo cultivos, como o da banana e mandioca, como ensinamentos farmacêuticos entre diferentes tribos, Sumé, no entanto sempre era mandado embora pelo pajé quando este último se sente ameaçado. Os jesuítas, pela proximidade sonora, fizeram uso da lenda tupi em pró de sua catequização, apresentando o Sumé como São Tomé.

¹¹ Segundo Galdino, as estradas do Peabiru eram rebaixadas como valetas que variavam entre 1,0 e 1,8m de largura e 0,40m de profundidade (2002: 76). Nos trechos de relevo mais ameno eram “*plantadas com gramíneas nativas, que impediam o avanço da mata e o desmoronamento resultante das chuvas*” (GALDINO, 2002:98)

denominadas “puxa tripas”, ou então em trechos mais íngremes o caminho recebia a pavimentação de pedra, descrições que apresentam registros fotográficos nas páginas 178 e 179 do livro (GALDINO, 2002).

¹² Em *Espaço intra-urbano no Brasil* (2001), Villaça elucida o processo de expansão da centralidade urbana, entendida como os locais de moradia das classes dominantes e principalmente plenos em infra-estrutura, comércio e serviços que acompanham o deslocamento da primeira. No caso de São Paulo este deslocamento se dá pelo *vetor sudoeste*, que é acompanhado por intenso processo de valorização fundiária.

¹³ Destacam-se entre os bairros-jardins o Jardim América, Alto de Pinheiros, Pacaembu, City Butantã e outros.

¹⁴ A própria Companhia Light teria feito uso desta mesma prática quando, antes de 1928, com a compra de grandes propriedades nas margens do rio Pinheiros (SEABRA, 1987:172). Com as obras de retificação do rio e saneamento das várzeas, as terras antes rurais tornam-se zonas urbanas, e o valor agregado a elas em função das obras, passam a ser incorporados pela própria Companhia Light e pelas grandes empresas loteadoras.

¹⁵ O Instituto Butantan foi na década de 40/ 50 um importante pólo turístico, que atraía tantos turistas quanto o Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Além do se significar uma forte centralidade por décadas na dinâmica da população que vivia em suas proximidades.

¹⁶ Segundo Vladimir Bartalini, tal lei passa a definir que o poder público poderia intervir na propriedade privada a partir de, diretrizes que regulamentam a abertura de loteamentos por parcelamentos de gleba, hierarquia viária por largura de arruamentos, a possibilidade de uso dos ‘cul de sac’ e a exigência de porcentagem do loteamento destinado a espaços livres – praças e jardins: 5% do total em áreas urbanas, 7% em áreas suburbanas e 10% em áreas rurais. Só em 1972, com a lei de Zoneamento, há a definição atual para parcelamento, uso e ocupação do solo: 20% para áreas verdes, 15% para áreas institucionais e 5% para definição de arruamentos.

¹⁷ Os depoimentos que seguem são trechos de entrevistas realizados no ano de 2005 com diversos moradores do bairro.

¹⁸ A Paineira do Butantã foi por anos referência para os moradores do bairro. Trata-se de uma grande paineira *centenária* que ficava no canteiro central, onde hoje é o entroncamento das Avenidas Vital Brasil, Waldemar Ferreira e Francisco Morato, na boca da Ponte Eusébio Matoso. No início dos anos 70, a Paineira foi cortada para dar lugar ao alargamento das vias de acesso a ponte, fato que gerou muita polêmica, relatada pelos jornais da época (arquivo histórico do DPH). De um lado, algumas pessoas brigaram por seu tombamento, sustentado pelo mito de que a Paineira fazia sombra para o pouso de bandeirantes no período das entradas do sertão paulista. No entanto, especialistas diziam que este tipo de árvore não costuma viver mais que 60 anos...e, portanto tal fato não seria verídico. Infelizmente a Paineira teve que ceder espaço para a circulação expressa.

¹⁹ José de Souza Martins apresenta o significado de *subúrbio* contrapondo a noção de *periferia*. Para Martins “Em termos atuais poderia dizer que Subúrbio é o lugar em que o passado rural de algum modo sobrevive no urbano. (...) a cultura suburbana foi gradativamente responsável pelo modo de vida *humanizado e comunitário* que é próprio da região suburbana e dos bairros operários de São Paulo...”. “O subúrbio é a negação da periferia” (2001: 78)

²⁰ A festa do Boi ocorre tradicionalmente no Morro do Querosene três vezes ao ano para celebrar o nascimento o batismo e a morte do boi. A festa trazida pelos moradores de origem maranhense, começou no quintal de uma das casas, e atualmente chega a envolver além dos moradores do bairro, com a venda de doces e salgados, artesanato, atrai muitas pessoas de fora.